

A crise estrutural dos anos 1960/70 e a resposta neoliberal

Bruna Medeiros Gouvêa – Graduanda em ciências econômicas na UFVJM

1. Introdução

A Crise que se abateu sob o sistema capitalista a partir dos anos 1960/70 mostrou que o receituário keynesiano perdeu a eficácia, provocando uma desmoralização nos governos. Os anos que se seguiram tampouco foram animadores. As altas taxas de crescimento do período precedente tiveram uma queda brusca. A crise refletiu-se em todas as esferas da vida social, aumentando as tensões e a instabilidade. (RIBEIRO; MENDONÇA, 1986; MENDONÇA, 1990).

2. Desenvolvimento

O que se observou foi que em 1974-75 e também depois em 1980-81, foi o fenômeno da recessão com inflação, em seguida a chamada “estagflação”. Já em 1960 se inicia os primeiros sinais de crise, como a tendência a longo prazo da queda da taxa de lucro, mas é na década de 1970 que aparecem os indícios mais claros, o brusco aumento do preço do petróleo e a declaração de inconvertibilidade do dólar, queda nos indicadores do produto, na produção e no comércio, além do forte aumento do desemprego e de falências. Lançando mão das medidas anticrise, percebe-se sua insuficiência, daí que o sistema monetário internacional instaurado em Bretton Woods cai por terra. (RIBEIRO; MENDONÇA, 1986; MENDONÇA, 1990; MANDEL, 1990).

Há uma inversão das tendências mais acentuadamente em 1976-77. Sonha-se com a recuperação dos anos 1980, mas ela não ocorre. A sucessão de impotências do keynesianismo alavanca as teses liberais consideradas obsoletas, em que a forte intervenção do Estado era seu inimigo principal, sendo ela a causadora da crise em que o capitalismo se encontrava. (RIBEIRO; MENDONÇA, 1986)

Para Ribeiro e Mendonça (1986) a economia é cíclica e as políticas de Keynes não fizeram mais que deformar o ciclo, reduzir os sintomas, mas, cedo ou tarde, o desequilíbrio se manifestaria com maior intensidade. Foi o que ocorreu. Para os autores citados, as crises possuem o papel de sanear a economia, aparecendo ciclicamente independentemente da política econômica aplicada. A administração do pós-guerra gerou, desta maneira, um acúmulo de tensões que desencadeou na estagnação prolongada da crise de 1974.

Isto porque a monopolização da economia do período anterior levou a modificar a concorrência, que desembocou em uma atenuação da contradição produção-consumo e da anarquia da produção, porém não da forma de manifestação da contradição fundamental do sistema capitalista, diminuiu somente a aparência do aumento de tensão. A não convertibilidade do dólar e o aumento do preço do petróleo foram apenas sintomas dessa acumulação de tensões e não a causa em si da crise. Isto provocou uma depressão que se arrasta. Não atoa revive-se as posições liberais, pois é uma necessidade do capitalismo, porém um liberalismo com uma posição que salvaguarda as grandes empresas monopolistas. (RIBEIRO; MENDONÇA, 1986)

3. Conclusão

Conclui-se que a crise dos anos 60/70 é uma crise estrutural, pois “é uma crise social do conjunto da sociedade burguesa, uma crise das relações de produção capitalistas e de todas as relações sociais burguesas” (MANDEL, 1990, p.13). Posto também que sua saída dependeu da reformulação do capitalismo, de uma nova forma de agir, vendo que as propostas keynesianas já não suscitavam o mesmo efeito revigorante que tivera no período da crise anterior. O que sobreveio dessa crise estrutural foram políticas denominadas de “neoliberais”, como, por exemplo, de privatizações, conjuntamente com um movimento de salvar as grandes empresas, mas que seu intuito nada mais é, na visão de Katz e Coggiola (1996), que descarregar a crise nas costas dos trabalhadores.

Referências Bibliográficas

KATZ, C; COGGIOLA, O. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1996.

MANDEL, E. **A crise do capital:** os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio; Campinas/SP: UNICAMP, 1990.

MENDONÇA, A. **A Crise econômica e sua forma contemporânea.** Lisboa: Caminho, 1990.

RIBEIRO, N; MENDONÇA, A. **A crise econômica atual:** um ensaio de interpretação marxista.

Revista de Economia Política, v. 6, n. 4, p. 50-70, out./dez. 1986.